



COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 2/XI/ 1.ª SL

Aos 18 dias do mês de Novembro de 2009, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 9 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00

1. Informações;
2. Discussão do Projecto de Regulamento da Comissão;
3. Discussão e votação dos Pareceres referentes aos Projectos de Lei nºs. 10/XI/1ª (BE) e 35/XI/1ª. (PSD), que " Revogam as Taxas Moderadoras no Internamento e em Cirurgias em Ambulatório" - Relator: Grupo Parlamentar do PS;
4. Ponto de situação e definição de prioridades;
5. Outros assuntos.

O Presidente começou por dar conta do que foi tratado na reunião havida entre o PAR e os Presidentes de Comissão, designadamente quanto às faltas dos Deputados, informando que as deliberações resultantes daquela reunião serão enviadas a todos os Deputados. Naquela reunião foi ainda abordada a questão das iniciativas europeias que terão de ser apreciadas pelas respectivas Comissões e, para prestar esclarecimentos nessa matéria, a equipa de apoio da Comissão de Assuntos Europeus fará apresentações em todas as Comissões.

O Deputado Bernardino Soares salientou que deve ser feita uma selecção das iniciativas europeias a tratar pela Comissão, dado o seu elevado número.

A Deputada Luísa Salgueiro cumprimentou todos os Deputados, visto ter estado ausente da reunião de instalação da Comissão e, de seguida, solicitou o adiamento da votação do projecto de Regulamento da Comissão, com vista a permitir uma leitura mais atenta e eventualmente a proposta de alterações.

O Presidente solicitou o envio de contributos ao serviço de apoio da Comissão até sexta-feira próxima, para que os coordenadores dos Grupos Parlamentares possam preparar um texto comum e apresentá-lo para votação na próxima reunião.

O Presidente pediu ainda aos Grupos Parlamentares para apresentarem propostas para o plano de actividades da Comissão da presente sessão legislativa. É de opinião que a Comissão deve escolher dois ou três temas principais, que tenham a ver com o sentimento das pessoas, e a partir dessa escolha preparar colóquios, visitas, audições, estudos, etc.. Sugeriu a "A qualidade dos serviços prestados em saúde", tendo o Deputado Ricardo Gonçalves lembrado que este tema deverá ser ligado à questão da acessibilidade.

O Presidente lembrou que há 4 audições obrigatórias com a Ministra da Saúde, por sessão legislativa, à semelhança do que aconteceu na Legislatura passada. Todos os Grupos Parlamentares, com excepção do PS, discordaram do facto da reunião do orçamento contar para as obrigatórias, comprometendo-se o Presidente a colocar a questão na reunião da Conferência de Presidentes e pedindo aos Deputados que a apresentem aos seus líderes, para que seja clarificada na Conferência de Líderes.

A Deputada Clara Carneiro concordou com essa clarificação e informou que vai apresentar um requerimento a solicitar a vinda da Ministra para falar das grandes linhas da política de saúde.

Seguiu-se a apresentação dos Pareceres sobre os Projectos de Lei nºs 10/XI (BE), 35/XI (PSD), 45/XI (PCP) e 47/XI (CDS/PP). A Deputada Luísa Salgueiro agrupou os projectos de lei em dois grupos, os que revogam as taxas moderadoras nos internamentos e em cirurgias de ambulatório (PJL 10, 35 e 47) e o PJL 45, que revoga as taxas moderadoras que não dependem da vontade dos utentes. Enunciou o objecto, motivação, enquadramento legal e o direito comparado das iniciativas, elencando os argumentos que as fundamentam, tendo por fim chamado a atenção para o facto de o Governo ter decidido em Conselho de Ministros pôr fim às taxas moderadoras no internamento e das cirurgias do ambulatório, estando a preparar um decreto-lei para esse efeito. Concluiu referindo que os Projectos estão em condições de ser discutidos em Plenário.

O Deputado Bernardino Soares esclareceu que a Conferência de Líderes que agendou a discussão destes projectos contou com a presença do Ministro dos Assuntos Parlamentares, que não deu qualquer indicação de que o Governo iria proceder à revogação dessas taxas moderadoras. A AR não segue sinais, legisla, portanto deve manter-se o agendamento dos diplomas para a próxima sexta feira. O Deputado João Semedo manifestou dúvidas sobre se as taxas moderadoras têm servido para moderar alguma coisa, o que se demonstra é que as taxas moderadoras só têm servido para complicar a vida dos utentes.

A Deputada Clara Carneiro considerou-as inadequadas, além de pensar que é mais dispendioso ao Estado fazer essa cobrança. O Governo ao anunciar a suspensão das taxas tentou antecipar-se ao papel do Parlamento, no entanto entende que o debate previsto para o próximo dia 20 deve manter-se.

A Deputada Luísa Salgueiro não põe em causa a razoabilidade formal da discussão em Plenário das presentes iniciativas legislativas, mas lembrou, mais uma vez, que existe um comunicado do Governo a dar conta da suspensão das taxas moderadoras no internamento e da cirurgia em ambulatório, sentindo-se satisfeita pelo Governo ter sabido interpretar a realidade.

Para a Deputada Maria José Nogueira Pinto seria importante saber se a introdução destas taxas desincentivou ou não os consumos inadequados e manifestou a opinião de que não podem ser utilizadas para financiar o Serviço Nacional de Saúde. Pode-se discutir o financiamento do SNS e a sua sustentabilidade, mas isso é um outro debate.

O Presidente informou que, nos termos previstos no Regimento, os Pareceres têm três partes: os considerandos, a opinião do relator e as conclusões, mas só os considerandos e as conclusões se votam. Colocou assim à votação os considerandos e as conclusões dos Pareceres dos P JL nºs 10/XI, 35/XI, 45/XI e 47/XI, que foram aprovados por unanimidade.

Antes de terminar, o Deputado João Semedo pediu que, na próxima reunião, se discutisse a carta enviada pelo Presidente do Conselho Nacional da PMA, que refere as dificuldades com que se debate face à escassez de recursos humanos no apoio administrativo àquela entidade. O Deputado Bernardino Soares, que também recebeu a carta, porque foi enviada a todos os GP, concordou com a discussão, parecendo-lhe fácil encontrar uma solução, bastando para isso fazer uma alteração à Lei Orgânica da AR.

A reunião foi encerrada às 12:15 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 Novembro 2009.

O PRESIDENTE

(COUTO DOS SANTOS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Antonieta Guerreiro
Bernardino Soares
Clara Carneiro
Conceição Casa Nova
Couto dos Santos
Defensor Moura
Fernando Jesus
Isabel Galriça Neto
João Semedo
Luís Menezes
Luísa Salgueiro
Maria das Mercês Soares
Maria Helena Rebelo
Maria José Nogueira Pinto
Maria Luísa Santos
Ricardo Gonçalves
Rosário Águas
Rui Prudêncio
Teresa Fernandes
Arménio Santos
João Serpa Oliva
Jorge Manuel Gonçalves
José Pereira Marques
Maria José Gamboa
Nuno Reis
Paula Santos
Sónia Fertuzinhos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria Antónia de Almeida Santos

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Teresa Caeiro